



Novo CPC

O que mudou?

aula 18

***"SUSPENSÃO DO
PROCESSO"***

***SUSPENSÃO DO
CURSO DO
PROCEDIMENTO***

***SUSPENSÃO DA
PRÁTICA DOS
ATOS DO
PROCEDIMENTO***

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

I - pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

(...)

§ 1º *Na hipótese do inciso I, o juiz suspenderá o processo, nos termos do art. 689.*

(...)

Art. 689. *Proceder-se-á à habilitação nos autos do processo principal, na instância em que estiver, suspendendo-se, a partir de então, o processo.*

CPC-1973:

Art. 265. *Suspende-se o processo:*

I - pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

(...)

§ 1º *No caso de morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, ou de seu representante legal, provado o falecimento ou a incapacidade, o juiz suspenderá o processo, salvo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento; caso em que:*

a) o advogado continuará no processo até o encerramento da audiência;

b) o processo só se suspenderá a partir da publicação da sentença ou do acórdão.

(...)

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

I - pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

(...)

§ 2º *Não ajuizada ação de habilitação, ao tomar conhecimento da morte, o juiz determinará a suspensão do processo e observará o seguinte:*

I - falecido o réu, ordenará a intimação do autor para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo que designar, de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) meses;

(...)

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

I - pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

(...)

§ 2º *Não ajuizada ação de habilitação, ao tomar conhecimento da morte, o juiz determinará a suspensão do processo e observará o seguinte:*

(...)

II - falecido o autor e sendo transmissível o direito em litígio, determinará a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, pelos meios de divulgação que reputar mais adequados, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo designado, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.

(...)

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

I - pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

(...)

§ 3º *No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste.*

(...)

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

(...)

II - pela convenção das partes;

(...)

§ 4º *O prazo de suspensão do processo nunca poderá exceder 1 (um) ano nas hipóteses do inciso V e 6 (seis) meses naquela prevista no inciso II.*

§ 5º *O juiz determinará o prosseguimento do processo assim que esgotados os prazos previstos no § 4º.*

(...)

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

(...)

III - pela arguição de impedimento ou de suspeição;

(...)

CPC-2015:

Art. 146. *No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.*

(...)

§ 2º *Distribuído o incidente, o relator deverá declarar os seus efeitos, sendo que, se o incidente for recebido:*

*I - sem efeito suspensivo, o processo **voltará** a correr;*

*II - com efeito suspensivo, o processo **permanecerá** suspenso até o julgamento do incidente.*

§ 3º *Enquanto não for declarado o efeito em que é recebido o incidente ou quando este for recebido com efeito suspensivo, a tutela de urgência será requerida ao substituto legal.*

(...)

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

(...)

IV- pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;

(...)

CPC-2015:

Art. 980. O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

Parágrafo único. *Superado o prazo previsto no caput, cessa a suspensão dos processos prevista no art. 982, salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário.*

.....

Art. 982. Admitido o incidente, o relator:

I - *suspenderá os processos pendentes*, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso;

II - *poderá requisitar informações a órgãos em cujo juízo tramita processo no qual se discute o objeto do incidente, que as prestarão no prazo de 15 (quinze) dias;*

III - *intimará o Ministério Público para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.*

§ 1º A suspensão será comunicada aos órgãos jurisdicionais competentes.

§ 2º Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso.

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

(...)

V - quando a sentença de mérito:

a) depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente;

b) tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo;

(...)

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

(...)

VI - por motivo de força maior;

(...)

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

(...)

VII - quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo;

(...)

VETADO

CPC-2015:

Art. 515. São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:

(...)

X – ~~o acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo, quando do julgamento de acidentes e fatos da navegação.~~

Art. 516. O cumprimento da sentença efetuar-se-á perante:

I - os tribunais, nas causas de sua competência originária;

II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição;

III - o juízo cível competente, quando se tratar de sentença penal condenatória, de sentença arbitral, de sentença estrangeira **ou de acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.**

Lei n. 2.180, de 5 de fevereiro de 1954 – Dispõe sobre o Tribunal Marítimo

Art . 13. Compete ao Tribunal Marítimo:

*I - julgar os **acidentes e fatos da navegação**;*

a) definindo-lhes a natureza e determinando-lhes as causas, circunstâncias e extensão;

b) indicando os responsáveis e aplicando-lhes as penas estabelecidas nesta lei;

c) propondo medidas preventivas e de segurança da navegação;

II - manter o registro geral:

a) da propriedade naval;

b) da hipoteca naval e demais ônus sobre embarcações brasileiras;

c) dos armadores de navios brasileiros.

Lei n. 2.180, de 5 de fevereiro de 1954 – Dispõe sobre o Tribunal Marítimo

Art . 14. Consideram-se **acidentes** da navegação:

a) naufrágio, encalhe, colisão, abalroação, água aberta, explosão, incêndio, varação, arribada e alijamento;

b) avaria ou defeito no navio nas suas instalações, que ponha em risco a embarcação, as vidas e fazendas de bordo.

Lei n. 2.180, de 5 de fevereiro de 1954 – Dispõe sobre o Tribunal Marítimo

Art . 15. Consideram-se fatos da navegação:

- a) o mau aparelhamento ou a impropriedade da embarcação para o serviço em que é utilizada, e a deficiência da equipagem;*
- b) a alteração da rota;*
- c) a má estimação da carga, que sujeite a risco a segurança da expedição;*
- d) a recusa injustificada de socorro a embarcação em perigo;*
- e) todos os fatos que prejudiquem ou ponham em risco a incolumidade e segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo.*
- f) o emprego da embarcação, no todo ou em parte, na prática de atos ilícitos, previstos em lei como crime ou contravenção penal, ou lesivos à Fazenda Nacional.*

Lei n. 2.180, de 5 de fevereiro de 1954 – Dispõe sobre o Tribunal Marítimo

Art. 18. As decisões do Tribunal Marítimo **quanto à matéria técnica referente aos acidentes e fatos da navegação** têm valor probatório e se presumem certas, sendo porém suscetíveis de reexame pelo Poder Judiciário.

CPC-2015:

Art. 313. *Suspende-se o processo:*

(...)

VIII - nos demais casos que este Código regula.

(...)

CPC-2015:

Art. 76. *Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz **suspenderá o processo** e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.*

§ 1º *Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:*

I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor;

II - o réu será considerado revel, se a providência lhe couber;

III - o terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre.

§ 2º *Descumprida a determinação em fase recursal perante tribunal de justiça, tribunal regional federal ou tribunal superior, o relator:*

I - não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente;

II - determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido.

CPC-2015:

Art. 134. *O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.*

§ 1º *A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas.*

§ 2º *Dispensa-se a instauração do incidente se a desconconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.*

§ 3º *A instauração do incidente **suspenderá o processo**, salvo na hipótese do § 2º.*

§ 4º *O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconconsideração da personalidade jurídica.*

CPC-2015:

Art. 694. *Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.*

Parágrafo único. *A requerimento das partes, o juiz pode determinar a **suspensão do processo** enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.*

CPC-2015:A

Art. 1.035. *O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.*

(...)

§ 5º *Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a **suspensão do processamento de todos os processos pendentes**, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.*

(...)

CPC-2015:A

Art. 1.036. *Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.*

§ 1º *O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a **suspensão do trâmite de todos os processos pendentes**, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.*

(...)

CPC-2015:

Art. 314. *Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.*

CPC-2015:

Art. 315. *Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal.*

§ 1º *Se a ação penal não for proposta no prazo de 3 (três) meses, contado da intimação do ato de suspensão, cessará o efeito desse, incumbindo ao juiz cível examinar incidentemente a questão prévia.*

§ 2º *Proposta a ação penal, o processo ficará suspenso pelo prazo máximo de 1 (um) ano, ao final do qual aplicar-se-á o disposto na parte final do § 1º.*

CPC-2015:

Art. 316. *A extinção do processo dar-se-á por sentença.*

CPC-2015:

Art. 317. *Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.*

CPC-2015:

Art. 4º *As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.*

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*
(...)

IX - determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais;

(...)

CPC-2015:

Art. 282 (...)

§ 2º Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

CPC-2015:

Art. 485. *O juiz não resolverá o mérito quando:*

(...)

§ 7º *Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se*

CPC-2015:

Art. 488. *Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.*

CPC-2015:

Art. 932. *Incumbe ao relator:*

(...)

Parágrafo único. *Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.*

CPC-2015:

Art. 938 (...)

§ 1º Constatada a ocorrência de vício sanável, inclusive aquele que possa ser conhecido de ofício, o relator determinará a realização ou a renovação do ato processual, no próprio tribunal ou em primeiro grau de jurisdição, intimadas as partes.

(...)

CPC-2015:

Art. 1.029. *O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão: (...)*

§ 3º *O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.
(...)*